



17th IASC  
GLOBAL  
CONFERENCE  
LIMA  
1-5 JULY 2019

## A ENCRUZILHADA DO COMUM: LABORATÓRIOS CIDADÃOS EM TRÂNSITO

por Rodrigo Savazoni<sup>1</sup>

*“O ponto está riscado:*

*há que ser ler a poética para se entender a política,  
há que se ler o encanto para se entender a ciência”.*

(SIMAS & RUFINO)

“O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo”.

(OSWALD DE ANDRADE)

### RESUMO

O artigo documenta, de maneira exploratória, uma pesquisa sobre a relação entre os laboratórios cidadãos e o processo de fazer o comum (commoning) que os caracteriza e diferencia de outras experiências similares de oficinas experimentais. Em específico, busca demarcar o trânsito desse conceito da Europa, onde surgiu, para a América do Sul, e algumas das transformações que vem sofrendo a partir da comparação entre três diferentes projetos: o Medialab-Prado, de Madri, os

---

<sup>1</sup> Rodrigo Savazoni é jornalista, escritor, realizador multimídia, produtor cultural e estudioso das dinâmicas culturais contemporâneas. Desde 2015 é um dos diretores do Instituto Procomum – IP ([www.procomum.org](http://www.procomum.org)), onde também supervisiona o LAB Procomum, laboratório cidadão com sede em Santos-SP. É doutorando em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), com previsão de término em 2020. Foi um dos fundadores da Casa da Cultura Digital (2008), articulador dos Fóruns da Cultura Digital Brasileira do Ministério da Cultura (2009-2010), criador do Festival CulturaDigital.Br (2011) e Co-diretor do projeto Produção Cultural no Brasil ([producaocultural.procomum.org](http://producaocultural.procomum.org)). É autor de inúmeros livros, publicados no Brasil e no Exterior, sendo o último deles *O Comum entre Nós: da cultura digital à democracia do século 21* (Editora SESC-SP).



Laboratórios de Inovação Cidadã (LABIC) liderados pela Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB), e o LAB Procomum, no Brasil, construído a partir da iniciativa de uma organização da sociedade civil. O estudo das diferenças e semelhanças teóricas e práticas que caracterizam esses projetos pretende contribuir para a afirmação da possibilidade de produção de arte, ciência, tecnologia e inovação orientadas ao bem comum e à superação do modelo econômico vigente.

## **PALAVRAS-CHAVE**

*commons; commoning; global south; open knowledge; citizen labs*

Os laboratórios cidadãos estão presentes em países da península ibérica e da América Latina. Podem se assemelhar a outros laboratórios colaborativos de produção de conhecimento aberto que emergiram neste início do século XXI, como os Laboratórios Vivos (Living Labs) europeus e algumas oficinas comunitárias de fabricação digital, os Fablabs e Makerspaces, mas também guardam suas especificidades. A principal delas é a associação com o movimento social que enxerga no comum um caminho para a construção de sociedades orientadas à superação do modelo econômico hegemônico, o capitalismo em sua etapa neoliberal.

Ao longo dos últimos cinco anos, a partir de vivências empíricas em diferentes laboratórios cidadãos da Europa e da América Latina, organizei a maior parte dos elementos que alicerçam este artigo. Ao buscar compreender qual comum se busca construir ou preservar nos laboratórios cidadãos, precisei promover pontes com as diferentes teorias disponíveis, utilizando-as como bússolas, mas também percebi que seria necessário introduzir outros pensamentos ao debate, sobretudo para tentar explicar o que ocorre no Brasil e na América do Sul. Como se trata de uma pesquisa em curso, essa dimensão teórica pode imprimir a parte do texto um tom menos científico e mais ensaístico e uma margem exploratória mais espessa.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira delas busca definir, brevemente, o conceito de laboratórios cidadãos, analisando-o à luz do trabalho de alguns pesquisadores que se voltaram para o estudo social desse fenômeno, introduzindo a discussão sobre os conflitos



epistêmicos que o comum engendra. Importante ressaltar que, devido à diversidade de experiências existentes, este trecho do artigo assume a centralidade do papel do Medialab-Prado (MLP), laboratório cidadão sediado em Madri, na Espanha, e sua capilarização metodológica por meio do programa de inovação cidadã da Secretaria Geral Iberoamericana, organismo multilateral que promove os Laboratórios de Inovação Cidadã (LABIC) que tiveram até 2018 cinco edições realizadas na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México.

A partir dessa conceituação descritiva introduzo, na segunda parte, o processo de construção de um laboratório cidadão na região de Santos, litoral do Estado de São Paulo, Brasil, que o Instituto Procomum (IP) vem liderando. O LAB Procomum, que inicialmente recebeu o nome de LABxS (Laboratório Santista), existe há três anos e tem como missão promover processos de experimentação e experiencição voltados à construção de alternativas tecnológicas baseadas no comum articulando diferentes comunidades. Neste trecho, narro essa história do ponto de vista de um pesquisador, mas também de um ativista que é parte do coletivo que está liderando esse projeto de “commonance” (BOLLIER & HELFRICH), ou seja, governança do comum. Como pesquisador-comuneiro, compartilho não apenas certezas mas sensações e apreensões colhidas durante este percurso de ação coletiva.

A terceira parte busca extrapolar a característica descritiva das seções anteriores promovendo uma aproximação entre a teoria dos comuns e conceitos elaborados ou inspirados a partir de outras epistemes, especificamente a feminista, a ameríndia e a afro-brasileira, sem as quais se faz impossível pensar a singularidade do comum em contextos periféricos dos países do sul global. A crítica da teoria do comum que desenvolvo se referenda em obras que pensam a questão do comum a partir de paradigmas não-hegemônicos, abrindo também uma fissura para inserir outros teóricos que não são costumeiramente citados pelos estudiosos do campo. Aqui é preciso ressaltar que essa crítica parte do reconhecimento, nos termos do que afirma Arturo Escobar (2015), de que o conceito de comum é, em si, um discurso de transição, que questiona as verdades hegemônicas de neoliberais e/ou desenvolvimentistas.

O esforço de aproximar o pensamento sobre o comum de uma visão anti-colonial não é propriamente novo, uma vez que muitos pesquisadores têm buscado promover pontes



(SANTIESTEBAN; ACOSTA; ESCOBAR) com, por exemplo, o conceito de *Buen Vivir* (Sumak Kawsay), de origem quechua mas que possui elaborações correlatas em boa parte dos povos ameríndios sul-americanos. Ainda assim, não resta dúvida de que esse é ainda um esforço minoritário quando analisamos a ampla oferta bibliográfica sobre o tema. Influenciado pelo pensamento disruptivo da antropofagia brasileira, um conceito desenvolvido na primeira metade do século 20 pelo poeta-filósofo Oswald de Andrade<sup>2</sup>, proponho pensar o embate com o colonialismo como um processo de afirmação radical da alteridade e da possibilidade de devoração do diferente para a criação de uma existência livre das opressões.

Uma das aproximações heterodoxas deste artigo está expressa no título, *A Encruzilhada do Comum*, com o qual proponho um diálogo com a epistemologia das macumbas de Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, definida no livro *Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas*. Naquele ensaio, eles versam sobre o terreiro de candomblé como “tempo/espaco onde o saber é praticado”. O terreiro, para eles, é o território onde se pratica a religiosidade de matriz africana, mas sobretudo um espaço educacional e de vivência comunitária que, se aplicamos a lente do comum, pode ser percebido como ambiente do *commoning*. A partir dessa aproximação epistêmica, proponho, com parte das considerações finais, olharmos para os laboratórios cidadãos como um viveiro de práticas comunitárias, referenciando-nos não nas terras do medievo europeu, como sói em muitos dos textos deste campo, mas nos terreiros afro-brasileiros, construídos na encruzilhada da alteridade, onde pode-se conviver a partir e nas diferenças que nos constituem, praticando saídas de baixo para cima para nossos problemas.

---

<sup>2</sup> “A antropofagia (o canibalismo filosófico dos trópicos) é a contribuição mais original produzida pelo pensamento brasileiro. Trata-se de um conceito proposto por Oswald de Andrade, poeta e filósofo que viveu na primeira metade do século 20, na maior parte do tempo em São Paulo, e que integrou o chamado modernismo brasileiro. Oswald escreveu, em 1928, um manifesto fundamental, o Manifesto Antropófago, que deu regra e compasso para toda uma ‘tradição clandestina’ que vem se desenvolvendo nas artes e na cultura brasileira e que enxerga a criação como um processo de reapropriação crítica daquilo que é produzido no centro do capitalismo a partir da diversidade cultural (das tecnologias?) de nosso próprio território”. Trecho de artigo que escrevi sobre a possível relação entre a antropofagia e os laboratórios cidadãos a convite do Medialab-Prado de Madri. Artigo disponível em <https://labsantista.procomum.org/antropofagia-e-laboratorios-cidadaos-por-rodrigo-savazoni/> Acesso em 17/06/2019



## OS LABORATÓRIOS CIDADÃOS

A ideia-força dos laboratórios cidadãos se difunde a partir do Medialab-Prado (MLP), de Madri, uma instituição pública criada na Espanha do início do século XXI em um processo bastante singular de modelagem organizacional. Sua origem remonta a um porão, no Barrio de las Letras, onde em 2002 um grupo de artistas pretendia estruturar um espaço para troca de experiências. Influenciados, porém, pela cultura digital, os pioneiros construtores do *medialab* perceberam a necessidade de desenhar outra governança para um centro cultural, assumindo como missão praticar de forma colaborativa a criatividade e a inovação. Ao longo dos anos, o projeto foi ganhando corpo, força e influência e desde 2013 ocupa um edifício de 4 mil m<sup>2</sup> entre o Museu do Prado e o Museu Reina Sofía, o qual oferece a seus usuários (qualquer cidadão que se sinta convocado a participar das atividades) inúmeras infraestruturas (salas de trabalho, de reunião, makerspace, laboratório de produção audiovisual, espaço de encontro etc), mas, sobretudo, um ambiente de aprendizagem livre. Seu modelo de mediadores-pesquisadores se destaca por promover o acolhimento cuidadoso das pessoas que se acercam do espaço. Anualmente, o MLP lança uma chamada pública para selecionar esses mediadores, que devem apresentar, no ato da inscrição, uma proposta de pesquisa. Uma vez selecionados, eles recebem uma bolsa para desenvolver seu protótipo e “pagam por ela” trabalhando algumas horas por semana no processo de mediar o percurso dos usuários do laboratório com as atividades que ocorrem em seu interior. Isso resulta que todo cidadão que se acerca do laboratório é recebido por pessoas altamente qualificadas e engajadas com a proposta, o que contribui diretamente para o fortalecimento dos laços comunitários.

The beauty of the Medialab-Prado process is the inclusive invitations to anyone with the knowledge, talent or enthusiasm to develop a new idea. Through different kinds of open calls for proposals and collaborators, teams are often formed to develop projects in production workshops. Each group is an experiment itself in team- and community-building as it blends people with different backgrounds (artistic, scientific, technical), levels of specialization (experts and beginners) and degrees of engagement. Each group, overseen by the promoter of the project, needs to self-organize and arrange the rules and protocols by which the contributions of participants will be incorporated or rejected, and with what types of acknowledgments. This is why Medialab-Prado has been sometimes defined as an incubator of communities – and commons. (GARCIA, in BOLLIER & HELFRICH, online)



A metodologia dessas “diferentes formas de chamadas públicas para projetos e colaboradores” foi justamente aquela em que a equipe da Secretaria Geral Iberoamericana se baseou para construir seus Laboratórios de Inovação Cidadã (LABIC), que já tiveram cinco edições, em México, Brasil, Colômbia (duas vezes) e Argentina. O LABIC, tal qual “Los Interactivos”, do MLP, se constrói a partir de duas convocatórias internacionais: a primeira dedicada a selecionar dez propostas de protótipos, os quais terão de ser desenvolvidos em duas semanas (em algumas edições dez dias) de imersão; a segunda destinada a escolher dez colaboradores para cada um desses projetos-protótipos, o que é feito pela equipe organizadora e pelos próprios promotores das ideias. Nos meses que antecedem o LABIC, os grupos selecionados trabalham remotamente e passam a conformar equipes interdisciplinares e heterogêneas. Esse movimento prévio conflui para a etapa presencial, em que esses dez grupos somados são articulados em uma comunidade criativa transnacional de mais de cem pessoas que vive uma experiência única de imersão e troca intercultural por um tempo determinado. O foco é produzir conhecimento com base na cooperação, na colaboração e na criação coletiva. A equipe de apoio de um LABIC é formada por uma coordenação geral, ao menos quatro mentores (que atuam em parceria com as equipes dos projetos), mediadores tecnológicos e mediadores comunitários (que fazem a interface com o território local). Uma das contribuições dessa metodologia é colocar em contato diferentes pessoas, com diferentes conhecimentos, em torno de problemas comuns e situados. Não é, obviamente, um método único, mas vem sendo largamente utilizado em vários laboratórios cidadãos<sup>3</sup>.

Meu ângulo de análise do LABIC é o de alguém que o vivenciou como observador e posteriormente mentor de três edições. Os mentores são, geralmente, pessoas com experiência prévia de participação em laboratórios de prototipagem e mediação de diálogo. Por essa expertise, são selecionadas para ocupar a função de escutar/orientar os promotores e suas equipes, tendo como missão garantir que os protótipos desenvolvidos sejam os melhores

---

<sup>3</sup> Podemos citar como exemplos de ações deste lado do atlântico que se baseiam nessa metodologia as edições dos Interativos organizadas pelo Laboratório de Inovação Rural SILO, no Brasil, o Mañana Labs, organizado pelo MVD Lab da prefeitura de Montevideo, e o Open Labs, organizado pela Universidade Tecnológica de Monterrey, no México.



possíveis, não só do ponto de vista do resultado mas também da experiência vivida pelos participantes. Ao atuar como mentor, pude notar a extensa travessia que ocorre entre o ponto de partida da proposta e o seu resultado final. E também os diversos choques de valores e conhecimentos que a experiência pode produzir, esgarçando limites e rompendo fronteiras.

No LABICxPAZ, realizado na província de Nariño, sul da Colômbia, tendo como foco o desenvolvimento de protótipos inovadores que contribuíssem para a afirmação do acordo de paz firmado em 2016, tocou-me ser mentor de um projeto chamado *Sumak Kawsay*, em referência à já citada expressão *quechua* traduzida como *Bem Viver*. Esse conceito, fundante de uma outra episteme, de uma outra forma de ler, sentir e viver o mundo, tem ganhando cada vez mais força na América Latina e para muitos dos estudiosos é correlato ao de comum. O projeto foi proposto ao LABIC por um jovem indígena que pertence à comunidade Inga de Aponte, povo que conseguiu, por meio da recuperação de suas práticas ancestrais, erradicar o cultivo de plantas usadas para a fabricação de drogas ilícitas (coca e papoula, insumos para a fabricação de cocaína e heroína) em seu território. O projeto pretendia justamente documentar esse conhecimento e torná-lo acessível a outras comunidades, indígenas e não indígenas, uma vez que a substituição de cultivos é considerada uma das mais relevantes questões para a solução do conflito que contrapõe traficantes, milícias paramilitares, guerrilheiros, camponeses e o Estado colombiano.

Os Inga, povo indígena de origem Inca que habita os territórios de Equador e Colômbia, fazem uso de suas medicinas tradicionais para acessar conhecimentos ancestrais. Especificamente, da ayahuasca, como tecnologia espiritual, que os coloca em contato com formas próprias de ver e sentir o mundo ao seu redor. No início do projeto, o promotor e um dos colaboradores, um professor que estuda, como antropólogo, o conhecimento dos Inga, convidaram os colaboradores a ir a comunidade e participar de um ritual, sendo iniciados no uso do chá. No entendimento da coordenação do LABIC, não havia razão para permitir que os colaboradores se submetessem à experiência ritualística (que pode envolver riscos emocionais e psicológicos para quem não está habituado). Iniciamos um diálogo que envolveu toda a equipe de coordenação, os mentores, o promotor e seus colaboradores. Havia quem, no início, tivesse uma posição mais extrema, de simples proibição, até aqueles que já tendo participado de rituais



semelhantes compreendiam sua importância político-cultural. O argumento do professor-antropólogo é que os líderes indígenas jamais compartilhariam seu conhecimento se não-índios participantes do projeto não se abrissem à experiência da sagrada medicina indígena. Seria, no entender deles, impossível compreender e, portanto, traduzir aquele conhecimento em um formato metodológico (portanto tecnológico) a ser replicado por outras comunidades. A mediação desse conflito de cosmovisões resultou na produção de um acordo baseado na transparência de posições (mas não na plena compreensão de parte a parte). Ao final, os colaboradores foram orientados a não usarem da medicina indígena durante as visitas à comunidade garantidas pela organização do LABIC. Com isso, o projeto Sumak Kawsay, readaptado às condições possíveis de execução, propôs a criação de uma escola de comunicação indígena, em parceria com a escola e a rádio da comunidade, para dotar os indígenas de condições de eles mesmos documentarem suas histórias, registrando diretamente os saberes ancestrais acessados por meio de práticas ritualísticas e xamânicas.

No artigo que abre o dossiê sobre ciência cidadã publicado pela revista LiinC, do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), Antonio Lafuente, Henrique Parra e Mariano Fressolli, arriscam uma definição para o conceito de laboratórios cidadãos que ilumina a relação estrutural entre estes e os bens comuns. No entendimento deles, todo comum, para ser afirmado e/ou protegido necessita mobilizar “imensa quantidade de conhecimento” que se encontra disponível justamente na comunidade que se vincula a esse processo de fazer o comum (*commoning*). Se entendemos esse raciocínio, podemos alcançar a afirmação desses autores de que sempre que houver um bem comum em construção haverá necessidade de um laboratório cidadão, cuja missão seria articular esse conhecimento em um ambiente-rede propício à troca horizontal, aberta e auto-organizada para a preservação e/ou instituição desse bem.

“Se o tradicional laboratório acadêmico é um ambiente com rígidas fronteiras com o mundo exterior, o laboratório cidadão é marcado pelo atravessamento de mundos e pelo esforço de permanente abertura. É um espaço-tempo onde a experiência seja possível, e onde a produção de conhecimento se enriqueça com as singularidades envolvidas.” (LAFUENTE, PARRA e FRESSOLLI, 2017, online)





A experiência supracitada, do LABICxPAZ, do entrechoque de distintas cosmovisões, no interior de um laboratório cidadão, parece extremamente ilustrativa da dificuldade que esse “atravessamento de mundos” pode gerar e nos convoca a alguns questionamentos. Como trabalhar uma efetiva cooperação e colaboração entre diferenças? Como lidar com as diferentes cosmovisões e epistemes quando nos abrimos efetivamente ao convívio das mais variadas formas de ler e sentir o mundo? Como fazer com que os conhecimentos feministas, ameríndios, afro-brasileiros e/ou da cultura hacker sejam referência para nossas práticas, quando há um modelo mental hegemônico colonialista e patriarcal? Quais tecnologias devem ser desenvolvidas para afirmar ou preservar um bem comum? Que noção de tecnologia baliza as ações no interior de um laboratório cidadão? Quais corpos habitam a construção de um determinado comum? Qual conhecimento pode/deve ou não prevalecer em um conflito corporal-epistêmico?

Neste artigo não será possível responder a todas essas perguntas, mas fazê-las pode nos ajudar a entender qual é o caminho que leva o comum à encruzilhada da alteridade, na busca por produzir convivência entre diferenças. Também nos ajuda a delinear uma trajetória de pesquisa que tenha como foco analisar e evidenciar percursos comuns, uma tarefa que entendemos essencial neste mundo de cada vez maior rigidez e cristalização de posições.

## **UMA REDE DE COMUNIDADES**

Entre março e junho de 2016 foi realizado em Santos, cidade de 430 mil habitantes localizada no litoral do Estado de São Paulo, um processo de escuta e mapeamento de iniciativas cidadãs. As atividades tinham como propósito verificar se haveria espaço e necessidade para a edificação de um laboratório cidadão na região. Essa dinâmica de escuta e diálogo recebeu o nome de LAB.IRINTO - Encontro de Cultura Livre e Inovação Cidadã, por meio do qual se identificou a existência de um grande número de iniciativas voltadas à defesa do comum, ainda que muitos de seus protagonistas não se valessem desse conceito para explicar seus trabalhos. Rodas de conversa, mesas de diálogo, oficinas de mapeamento, visitas *in loco*, encontro de co-criação e um seminário internacional foram as técnicas utilizadas para a elaboração do projeto



de laboratório cidadão que promoveria suas primeiras ações públicas ainda no segundo semestre daquele ano.

Em 2017, o Instituto Procomum optou por promover um circuito de inovação cidadã<sup>4</sup>, aliando as metodologias dos laboratórios cidadãos itinerantes a dos circuitos culturais. Uma chamada pública destinada a apresentação de ideias de protótipos contemplou 13 propostas com uma microbolsa de US\$ 450<sup>5</sup>. Com esses recursos, os promotores poderiam fazer sua ideia acontecer e, em contrapartida, deveriam gerar ao menos uma atividade aberta ao público, entre os meses de abril e junho daquele ano. O circuito recebeu 127 inscrições, de agentes das várias cidades da região metropolitana de Santos (Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Vicente e Bertioga). Com isso, o processo de mapeamento iniciado com o LAB.IRINTO ganhou mais robustez e o trabalho de tessitura da rede densidade.

No LabMeeting Iberoamericano<sup>6</sup>, cujas duas edições ocorreram em Madri, muito se falou sobre a necessidade de afirmar os Laboratórios Cidadãos como espaços qualificados de escuta. No caso de nosso laboratório, que recebeu o nome de LAB Procomum, esse esforço é parte de seu DNA, como demonstra o exemplo supracitado de realização do LAB.IRINTO e dos circuitos de inovação cidadã.

Outra boa história que evidencia essa escolha pela escuta é a da trajetória que levou à obtenção da sede física do laboratório. Antes de buscar um espaço próprio, a intuição apontava que seria necessário tecer uma rede de potenciais usuários e escutá-los sobre quais infra-estruturas seriam necessárias para a realização de suas atividades. Escutar, afinal, não é apenas conversar sobre um determinado tema, em torno de uma mesa ou mesmo em círculos diálogos. É também praticar algo juntos, experimentar e celebrar, o que gera laços de confiança e trocas qualificadas de outras naturezas, mais sensíveis. Ao realizar esse exercício de “escuta

---

<sup>4</sup> O passo-a-passo desse processo está documentado em uma metodologia de ativação de redes locais que recebeu o nome de MARAL, que vem sendo utilizada como referência por outras organizações: <<https://www.procomum.org/metodologia-maral/>> Acesso em 17/06/2019

<sup>5</sup> Uma segunda edição do Circuito LABxS (Lab Santista) foi realizada em 2018, contemplando outras 15 iniciativas. Naquela chamada pública, se inscreveram novamente cerca de 130 propostas.

<sup>6</sup> LabMeeting foi um encontro organizado em Madri, pelo Medialab-Prado, em duas ocasiões, reunindo diferentes laboratórios cidadãos da Iberoamérica. Sua mais recente edição ocorreu em setembro de 2018. <<https://www.medialab-prado.es/programas/lab-meeting-iberoamericano>> Acesso em 17/06/2019



forte” (SOUZA SANTOS), percebemos que: (1) um espaço coletivo faria sentido para a rede comuneira local; (2) que seu “programa” deveria ser construído ao longo do processo, permanentemente, “como espaço social de convivência e aprendizagem intencionalmente deixado em branco” (FONSECA, 2014).

Em agosto de 2017, foi firmado um acordo de comodato com uma organização de filantropia católica localizada no centro da cidade de Santos, e o LAB Procomum passou a gerir sua sede própria, que só viria a ser inaugurada, após um período de reformas, em dezembro daquele mesmo ano, com uma ação de ocupação coletiva que envolveu inúmeras atividades de co-criação. Dos mobiliários de uso interno à transformação de um pequeno terreno baldio em uma horta permacultural, passando pela definição dos usos das distintas salas do prédio de 1200 m<sup>2</sup>, o plano desde o princípio foi abrir o “código-fonte” para interferências dos usuários, como ocorre nas estratégias de cooperação das comunidades de software livre. Ao longo de 2018, diferentes táticas foram utilizadas para garantir a interface com os participantes, o que foi operando uma transformação gradual na direção da conformação de uma **rede de comunidades**.

Atualmente, entendemos que o LAB Procomum promove relações e hibridizações entre três comunidades: (a) a comunidade brasileira e internacional voltada à produção de inovação social para o bem comum e promoção da cultura livre; (b) a comunidade local dos criadores e inovadores sociais da região da Baixada Santista; e (c) a comunidade dos moradores dos bairros que estão no entorno da sede de nosso LAB, a chamada Bacia do Mercado, no município de Santos, litoral do estado de São Paulo. Importante destacar que a dimensão territorial é um diferencial na estratégia do LAB Procomum em relação aos outros exemplos estudados neste artigo. Embora o MLP e os LABIC também tenham preocupações com o desenvolvimento de tecnologias situadas<sup>7</sup>, o fato de ter uma sede localizada em uma região de exclusão social tem exigido uma maior atenção a esse tema no planejamento cotidiano do lab.

A Bacia do Mercado, que leva esse nome por estar na área envoltória do Mercado Municipal de Santos, é formada pelos bairros Vila Nova, Paquetá e Vila Matias que ladeiam o

---

<sup>7</sup> Um dos principais projetos do Medialab-Prado atualmente é o Experimenta Distrito, onde suas metodologias de convocatórias abertas de promotores e colaboradores é levada a bairros da cidade de Madri.



Porto de Santos (o maior da América Latina), e que são marcados simultaneamente pela pobreza e por um enorme potencial represado. Ao caminhar por suas ruas de calçadas largas, comércio popular e moradias precárias, com muitos cortiços (casas em que famílias numerosas se amontoam em quartos insalubres e dividem banheiros coletivos) tomamos contatos com os problemas seculares que assolam nossos países, como alto índice de população de rua, tráfico de drogas, exploração sexual infantil, atuação de milícias, mas também com uma energia vital poderosa, com moradores partilhando a rua e usufruindo do comércio popular. O território também se caracteriza por um número grande de oficinas de marcenaria, carpintaria, reparo de automóveis e de reciclagem de lixo e galpões portuários, instituições de assistência social e universidades, públicas e privadas, além de escolas que atendem enorme contingente de crianças e adolescentes. É uma zona com ausência de espaços públicos, como jardins, parques e praças, bem como de falta de infraestrutura de segurança e iluminação. O desafio de atuar no território, em nosso entender, canaliza esforços e permite que se pense em soluções situadas, com envolvimento direto daqueles que estão implicados nos problemas.

O modelo de governança do LAB Procomum é baseado em comunidades de prática que se organizam em grupos de trabalho permanentes (GTs), os quais ativam diferentes agendas dentro do laboratório e nos territórios. Atualmente, há mais de dez diferentes grupos de trabalho em operação e o planejamento prevê chegar a vinte e cinco: Corpo e o Comum, Audiovisual, LGBT, Dudu do Gonzaga (arte e transexualidade), Permacultura, Memória e Negritude, Plantas Medicinais, Economia Solidária, Cultura Hacker, Música Tradicional, Leituras Decoloniais, Mudança de hábito e consumo Crítico, Gestão de Lixo, Invenções e Traquitanas. Em 2018, essas comunidades promoveram cerca de 300 atividades, todas gratuitas e abertas à participação pública, forjando assim um ambiente de ampliação de contatos e conexões entre os diferentes.

Do ponto-de-vista das infra-estruturas, o espaço que estamos gerenciando foi sendo tecido para abrigar as necessidades de seus usuários, e não há previsão de que esse processo tenha um fim. No momento que este paper está sendo escrito, o LAB Procomum abriga duas salas multiuso (espaços em branco), uma delas um galpão de 200 m<sup>2</sup>, que são utilizadas para variadas atividades, às vezes uma sala de aula, outras um salão de baile, também um ambiente



para rodas e dinâmicas de co-criação; uma sala maker/hacker, com equipamentos de eletrônica e fabricação digital; uma ambulatório de cuidados; uma cozinha comunitária; um quintal onde ocorrem as celebrações, festas, jogos e reuniões ao ar livre; duas hortas, uma para atividades de permacultura urbana e outra de plantas medicinais; e dentro em breve receberá um estúdio multimídia, especificamente para registros radiofônicos e um ambiente de conhecimento e fruição estética, com biblioteca, discoteca e mobiliários para descanso e diálogo. A mediação desse fluxo enorme de relações é feita pela equipe de gestão do LAB, que tem buscado trabalhar o desenvolvimento de protocolos compartilhados, seguindo como referência os *design principles*<sup>8</sup> sistematizados por Elinor Ostrom. Nesse caso, os princípios servem como guia de algo a ser instituído, e não como framework de análise de processos já existentes.

O que se está buscando com essa aventura dissonante do LAB Procomum é a constituição de um ambiente-rede habitado por criadores, artistas, inventores, amadores, intelectuais, pesquisadores, negras e negros, lésbicas, gays, trans, não binários, cis, brancas e brancos, por ativistas de diferentes causas, por indígenas guarani empreendedores, por moradores de rua, artesãos, hackers e fuçadores de toda espécie, por feministas, bruxas, por sonhadores e pragmáticos, por pessoas que até então não saberiam se encaixar em nenhuma das palavras anteriormente citadas, gente de diferentes idades (adolescentes, jovens adultos, idosos), espiritualmente engajados nas mais variadas crenças (ateus, evangélicos, católicos, budistas, adeptos da Umbanda e do Candomblé), a grande maioria dotada de grandes ideias e pouco dinheiro, como a maioria de nossas populações. Esses corpos reunidos em uma possível e desejável coalizão das diferenças têm sido os artífices de um processo permanente de (des)aprendizagem, por meio de experiências e experimentos orientadas a delinear outras formas de viver e produzir. Algo impossível de se realizar sem “escuta empática” (SENNETT, 2019), ou mais que isso, pela busca do diálogo empático que tece o comum.

---

<sup>8</sup> Os princípios de design são: 1. fronteiras bem definidas; 2. coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais; 3. arranjos de decisão coletiva; 4. monitoramento; 5. sanções graduais; 6. mecanismos de resolução de conflitos; 7. reconhecimento mínimo de direitos de organização; e 8. alinhamento e articulação intersetorial na gestão.



## FAZER O COMUM ENTRE DIFERENTES

Para efeito de catalogação, poderíamos demarcar, ao menos, três grandes macro-campos da teoria do comum: a neoinstitucionalista, que tem Ostrom e sua formulação dos Commons Pool Resources (CPR) como principal expoente<sup>9</sup>; a vinculada à questão digital, que se impulsiona nos anos 1990 com a popularização da internet, inspirada na cultura do software livre; e a do pensamento político anti-neoliberal, um fenômeno característico da virada do século XX para o XXI<sup>10</sup>. Espremendo as referências, no entanto, chegamos a um aspecto que parece unificar todas essas abordagens. Aquela que arroga que o comum não pode ser confundido com os bens comuns em si (bens naturais como as florestas, bens imateriais, como o conhecimento ou as línguas, ou mesmo bens urbanos, como as praças e parques), mas consiste no processo de governá-los, preservá-los e/ou instituí-los politicamente. Algo que o historiador marxista Peter Linebaugh sintetizou com uma frase muito citada por estudiosos do campo: “there is no commons without commoning” (“não há comum sem o processo de fazê-lo”). E que David Bollier complementou com a afirmação, não há “commoning” sem “commoners”, ou seja, sem os comuneiros, os agentes que em coletivo e individualmente fazem o comum.

“É costume em muitos círculos de ciências sociais - especialmente na economia - equacionar os comuns com recursos gerenciados em conjunto. No entanto, os comuns não são coisas, recursos ou bens; eles são um tecido orgânico de estruturas e processos sociais. Podem concentrar-se na gestão de um determinado recurso - terra, água, pescas, informação ou espaços urbanos - e esses recursos podem ter uma forte influência na forma como as estruturas de governança e de produção econômica ocorrem. Mas a atenção excessiva aos recursos físicos ou aos conhecimento que o comum invoca pode nos distrair do seu coração pulsante: a consciência de pensar, aprender e agir como um comuneiro (commoner)”<sup>11</sup>. (BOLLIER & HELFRICH, 2015, online)

---

<sup>9</sup> Para uma apreensão da evolução do campo neoinstitucionalista, ver a introdução de *The Drama of the Commons*, escrita por Thomas Dietz, Nives Dolšak, Elinor Ostrom e Paul C. Stern.

<sup>10</sup> A obra de Christian Laval e Pierre Dardot, *Comum*, reúne um bom balanço sobre essa perspectiva anti-neoliberal do comum.

<sup>11</sup> “It is customary in many social science circles – especially in economics – to equate commons with resources managed jointly. Yet commons are not things, resources or goods; they are an organic fabric of social structures and processes. They may be focused on managing a certain resource – land, water, fisheries, information or urban spaces – and those resources may have a strong influence on how governance structures and economic production occur. But excessive attention to the physical resources or knowledge that a commons relies upon can distract us from its beating heart: the consciousness of thinking, learning, and acting as a commoner”.



Tomando como fundamento o périplo ultramarino dos laboratórios cidadãos até a experiência do LAB Procomum, este trecho do artigo pretende revisar os conceitos de “comum”, “fazer o comum”, “comuneiro” e “diferença”. Ao buscar perceber as distinções entre as visões do norte, especificamente, da Europa, daquelas que se destilam no sul, em específico na América do Sul, região de abissal desigualdade social reflexo do colonialismo, sentimos necessidade de evocar outras epistemes, como as indígenas e afro-americanas. Um exercício realizado não em busca de cisões, mas de um possível diálogo entre distintos discursos de transição, ampliando sua complexidade e capacidade de produção de respostas e explicações qualificadas.

Como ensina a epistemologia das macumbas, de Simas e Rufino, extraída da capacidade inventiva dos povos da diáspora africana, a “pedagogia da encruzilhada” pressupõe uma educação emancipatória, que deseduca do cânone e seus binarismos. Neste artigo, resolvemos levar o comum para a encruzilhada, em busca de novos espaços para o pensamento e a ação.

“O dono da rua, morador da encruzilhada, manteve a dinamização das invenções da vida nas esquinas da modernidade. Se o colonialismo edificou a cruz como égide de seu projeto de dominação, aqui nós reinventamos o mundo transformando a cruz em encruzilhada e a praticando como campo de possibilidades”. (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 20)

Ao fazer esse movimento, portanto, a tarefa teórica inicial que nos cabe é justamente a de desfazer o nó dos binarismos do pensamento moderno.

Começemos, então, pela oposição corpo e mente (e a desconsideração completa da dimensão espiritual). Como já nos ensinava Oswald de Andrade, em seu *Manifesto Antropófago*, lapidar poema filosófico dos anos 1920, uma partitura clássica do pensamento anticolonial, neste nosso sul rebelde e canibal “o espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo”.

“Ao contrário dos materialismos em voga que postulam que a relação epistemológica entre um sujeito e um objeto é na verdade uma relação entre dois objetos quaisquer, a antropofagia pensa que **toda relação de conhecimento é potencialmente uma relação entre sujeitos, com diferenças corporais significativas**, diferenças que dão a razão da incorporação e que não podem ser diluídas”. (MATOS, 2017)

Tomemos essa ideia da antropofagia e apliquemos ao comum. É preciso pensar uma política dos corpos e dos espíritos comuneiros, uma vez que são eles que compõem nossas comunidades, com suas subjetividades, memórias, ancestralidades e cicatrizes. Na perspectiva





neoinstitucionalista do comum, por exemplo, o aspecto corporal costuma ser desconsiderado, uma vez que o ser humano é visto como um ser exclusivamente racional que age em busca de seus próprios interesses, e coopera porque vê na cooperação maior eficiência. Na perspectiva encruzada e antropófaga, sem instinto, ginga e mandinga não há comum, que é, sobretudo, uma teia de afetos. O saber produzido, nessa outra dinâmica, resulta da prática, na forma de protótipos tecnológicos, mas também de afagos, acolhimento, dribles, bailes, feitiços e contra-feitiços.

“O corpo é o primeiro registro do ser no mundo, é o elemento que versa acerca das presenças e reivindicações de si, é o que nos possibilita problematizar a natureza radical do ser e as suas práticas de invenção”. (SIMAS E RUFINO, 2018, p. 53)

A segunda dualidade a recusar: natureza em oposição à cultura, humanos em oposição aos não-humanos. Essa recusa está na essência do conceito de Bem Viver (*Sumak Kawsay*, em quechua; *Buen Vivir*, em espanhol; *Suma Qamaña*, em aymara; *Nhandereko*, em guarani), que postula que somos parte de uma rede complexa de vida formada por todos os seres vivos, nós, humanos, as matas, os rios, os animais, os espíritos etc. Nessa concepção, o comum maior é *Pachamama*, nosso planeta, um ser vivo que precisa ser protegido da ação predatória.

Outra forma avançada de compreender esse problema foi elaborada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, com seu conceito de perspectivismo ameríndio. Seria impossível, neste artigo, explicar em detalhes dessa teoria tão complexa quanto original. O importante, para efeito do raciocínio que queremos desenvolver aqui, é entender que a condição comum a todos os seres vivos é sua humanidade e não sua animalidade, como sói na visão ocidental.

Para nós, a condição genérica é a animalidade: “todo mundo” é animal, só que alguns (seres, espécies) são mais animais que os outros: nós, os humanos, certamente somos os menos animais de todos e “esse é o ponto”, como se diz em inglês. Nas mitologias indígenas, muito ao contrário, todo mundo é humano, apenas alguns desses humanos são menos humanos que os outros. Vários animais são muito distantes dos humanos, mas são todos ou quase todos, na origem, humanos ou humanóides, antropomorfos ou, sobretudo, “antropológicos” isto é, comunicam-se com(o) os humanos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 33)

Assim, se a condição comum é a humanidade, os direitos e deveres que dedicamos à nossa espécie deveriam ser estendidos a todos os seres que conosco compartilham dessa mesma condição. Se assimilamos isso, fazer o comum deixa de ser algo que ocorre entre seres de uma





única espécie, esta que os ocidentais chamamos de humanos, para ser uma dinâmica entre as diferentes formas de vida, inclusive aquelas criadas por nosso engenho tecnológico.

“However, to understand what the commons does, the practices and performances of commoning need to be understood as power in action, the bringing into relation humans and non-humans, that will always entail some form of ‘outside’ or ‘other’. Attention to struggles over rights, intersectional subjectification, the forms of authority that serve to support commoning efforts, and the overlapping claims that can result will help to recognise ‘becoming in common’ as well as what is being ‘un-commoned’.” (NIGHTINGALE, 2019, online)

Terceira recusa: a oposição indivíduo/coletivo. Ora, se estamos tão profundamente conectados uns aos outros, deveríamos assimilar com respeito o ubuntu africano: “eu sou porque nós somos”. Para isso, são necessárias tecnologias de convivialidade, uma das razões de existência dos laboratórios cidadãos. Essa dicotomia também se dissolve quando praticamos radicalmente a alteridade. Como registram Simas e Rufino, a ciência, braço da modernidade ocidental e muitas vezes do colonialismo, “reivindica o direito de falar sobre o outro, sem se deslocar para o lugar do outro” (2018, p. 36). Para fazer o comum é preciso deixar-se atravessar efetivamente, deslocar-se, transmutar-se, devorar e ser devorado, uns pelos outros.

“Entonces, la misión para los moradores de los abajocomunes es reconocer que cuando se busca mejorar las cosas, no lo estás haciendo sólo por el Otro, sino también debes estar haciéndolo por ti mismo. Mientras los varones puedan pensar que están siendo “sensibles” al volverse feministas, mientras la gente blanca pueda pensar que está haciendo lo correcto al oponerse al racismo, nadie va a ser capaz de adoptar la misión de echar “abajo esta mierda” hasta que no se den cuenta de que las estructuras a las que se oponen no son únicamente nocivas para algunos de nosotros, sino que son nocivas para todos. Las jerarquías de género son nocivas tanto para los hombres como para las mujeres y son realmente nocivas para el resto de nosotros. Las jerarquías raciales no son racionales y ordenadas, son caóticas y sin sentido y deben ser combatidas por todos aquellos que se benefician de algún modo de ellas”. (HALBERSTAM, in HARNEY & MOTEN, 2019, p. 24)

Por fim, a quarta e última recusa. É preciso refutar, aos berros, a ideia de que estamos diante de “um mundo” único, como querem os defensores do neoliberalismo.

“Aqueles que insistem em fazer o comum (*commoning*) desafiam esta civilização do Mundo Único (capitalista, secular, liberal, patriarcal, branco) que se arroga o direito de ser “o mundo” e que reduz todos os outros mundos à inexistência ou alternativas não-críveis ao que existe (Santos 2002).” (ESCOBAR, 2015, online)



A América do Sul é uma multiplicidade de cosmovisões, resultantes do convívio (nem sempre pacífico) entre os que aqui estavam (os indígenas), os que aqui se impuseram e estabeleceram (os europeus, primeiramente, e depois vários outros povos imigrantes) e os que para cá foram trazidos à força (os negros e negras) mas criaram profundas e prósperas raízes. Em nosso entender, o conceito de comum carrega a potência de dar liga a esse pluriverso, cuja melhor definição é o dístico zapatista: “un mundo donde quepan muchos mundos”. Nesse mundo múltiplo, a lente macroscópica do comum, ao realizar uma varredura, encontra como referenciais as várias formas de resistência que mantém viva a diversidade.

Como nos lembra a pesquisadora e ativista Silvia Federici, nesta América do Sul, muitos dos comuns preservados – em dimensão comunitária – assim se encontram graças às mulheres. É o caso dos modos de vida coletivos preservados nas montanhas do Peru, protegidos por aquelas que fugiram da dominação imperial e colonial. Ou das cozinhas comunitárias dos assentamentos dos movimentos sem-teto e sem-terra do Brasil. Ou das táticas de sobrevivência das mulheres negras, que partilham todos os seus recursos (tempo, afeto, memória, cuidado, inteligência) umas com as outras para garantirem suas vidas e de seus filhos, lutando contra um regime de exclusão perpetrado pelo Estado desde os tempos da escravidão. Nessa perspectiva, o comum é fruto da resistência, resiliência e criatividade dos povos secularmente oprimidos.

“Não há comum possível a não ser que nos neguemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento de outros, a não ser que rechacemos a visão de um “nós” separado de um “eles”. **De fato, se o comum tem algum sentido, este deve ser a produção de nós mesmos como sujeito comum.** Esse é o significado que devemos obter do slogan “não há comuns sem comunidade”. Mas entendendo “comunidade” não como uma realidade fechada, como um grupo de pessoas unidas por interesses exclusivos que as separam dos outros, como comunidades baseadas na etnicidade ou na religião. Comunidade entendida como um tipo de relação baseada nos princípios de cooperação e de responsabilidade: entre uns e outros e em relação às terras, às florestas, aos mares e aos animais”. (FEDERICI, 2015, p. 154)

Recusas. Corpos que sentem e se tocam, numa teia de vida que envolve todas e todos os seres vivos, uma humanidade expandida habitando naturezas-culturas, em busca da alteridade radical, onde o outro nos rege, e da constituição de um mundo plural, um pluriverso, que emerge da luta ancestral das resistências populares em nosso continente, a partir, sobretudo, do



protagonismo das mulheres. Com essa enumeração podemos resumir as contribuições que elencamos para complexificar<sup>12</sup> a teoria do comum e assim voltar à encruzilhada.

Como já exposto na introdução, ao estabelecermos uma comparação entre os laboratórios cidadãos como espaços-tempo que mobilizam conhecimentos necessários para a preservação e/ou instituição do comum, encontramos enorme semelhança com o conceito de terreiros de Simas e Rufino. Muitos textos sobre o comum se remetem às terras de todos e de ninguém da Europa medieval, ou a seu correlato urbano, as guildas, associações comunitárias que organizavam a produção entre pares na fase embrionária do capitalismo. Algo extremamente distante da realidade brasileira e/ou sul-americana. Para explicar nossos laboratórios, precisávamos de outras metáforas. Na epistemologia das macumbas, o terreiro é espaço de práticas e de “invenção de outras rotas”, lugar de ampliação de possibilidades que supera o projeto ocidental moderno baseado na escassez. Ambiente de fertilidade e abundância.

Assim, todo espaço em que se risca o ritual é terreiro firmado. Nesse sentido, esta noção alarga-se, não se fixando somente nos referenciais centrados no que se compreende como contextos religiosos. A ideia aqui defendida aponta para uma multiplicidade de práticas, saberes e relações tempo/espaciais”. (IDEM, 2018, p. 42)

Terreiros, nessa abordagem, não são apenas os terreiros das religiões de matriz afro-brasileira (mas também). Terreiros são as rodas de samba, as festas da cultura popular, as esquinas dos encontros fortuitos, os barracões onde se produzem gambiarras, alegorias, máscaras e outros parangolés, a sombra de uma árvore onde um garoto ensina o outro uma brincadeira, um “tempo/espaço onde o saber é praticado”. Onde saberes são partilhados.

“Contextos firmados por educações próprias, inscritas na cultura e nos modos de sociabilidades. Educações que apontam para outras formas de aprendizagens articuladas a diferentes possibilidades de circulação de experiências. Esses diferentes modos de educação, gerados nas frestas e nas necessidades de invenção da vida cotidiana, evidenciam a potências dos saberes de mundo que se assentam sob as perspectivas da corporeidade, oralidade, ancestralidade, circularidade e comunitarismo”. (IBIDEM, 2018, p. 46)

---

<sup>12</sup> Para uma outra abordagem que complexifica o conceito de comum, sugerimos a análise feminista de Andrea J. Nightingale no artigo **Commoning for inclusion? commons, exclusion, property and socio-natural becomings**. <<https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.927/>> Acesso em 21.06.2019



Terreiros são laboratórios cidadãos que são terreiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como espero tenha ficado evidente, o trânsito ao qual nos referimos no título deste artigo não diz respeito apenas à travessia atlântica da Europa para a América do Sul, mas sobretudo à criação de laboratórios como experimentos e experiências de alteridade radical que conformem outras dinâmicas de convivência e um comum pluriversal, baseado em diferentes corpos e conhecimentos. Os laboratórios, como espaços de fabricação de verdades provisórias (LATOURE, 1979), costumam reunir em seu interior pares, ou seja, sujeitos potencialmente homogêneos. Nas empresas ou nas universidades, são habitados por cientistas, que ali estão justamente por pertencerem à uma mesma condição, a de serem habilitados produtores de ciência. Laboratórios artísticos são frequentados por artistas, a quem é dado o direito de transitar à distância, esteticamente, pelas diferenças. Em laboratórios comunitários como makerspaces ou hackerspaces, é costumeiro encontramos profissionais e amadores partilhando o mesmo espaço, com a finalidade de trocarem conhecimentos, mas com funções mais ou menos pré-determinadas. E se analisamos os corpos, então, viremos que costumam ser os mesmos, majoritariamente homens e brancos, mesmo em países de maioria negra, como o Brasil.

No Medialab-Prado, nos períodos que ali estive (por duas ocasiões, em curtos períodos de tempo que totalizaram trinta dias), chamou-me atenção o caráter internacional do espaço, atraindo visitantes de vários países, quase como um meta-laboratório cuja missão seria difundir seu método inovador ao redor do globo. Em suas oficinas os *habitués* eram os hackers do movimento de cultura livre, alguns amadores apaixonados por traquitanas, profissionais de diversas áreas (muitos das ciências humanas) e alguns cidadãos desavisados mas interessados em novas ideias. Um grupo que não poderíamos descrever como o “cidadão comum”, formado por gente muito semelhante entre si. Nos LABICs, ação provisória com tempo determinado, a diversidade de corpos e visões costuma ser maior e está entre as diretrizes de seleção dos



organizadores. Por isso, encontramos projetos com promotores indígenas e de negras e negros, mas numa proporção muito inferior às composições societárias sul-americanas.

No caso do LAB Procomum, apostamos no desafio de promover, permanentemente, um espaço propício ao convívio das diferenças, buscando contemplar num processo de espelhamento social a realidade que nos cerca. Tudo e todos para dentro, conflitos e convergências, em busca de uma desejada coalizão disjuntiva. Conforme a citação de Carl Schmitt em texto do Coletivo TIQQUN, “a história da formação do Estado na Europa é a história da neutralização das diferenças — de denominação, sociais e outras — dentro do Estado” (2010, p. 67).

A neutralização das diferenças - em grande parte por meio do extermínio ou da exploração estrutural - foi a forma do domínio europeu sobre a colônia. Para abrir novas possibilidades, a resposta é a afirmação das diferenças nos laboratórios-terreiro, com suas festas alegres e corpos suados que bailam descalços no chão batido das encruzilhadas. Todas e todos juntos desenvolvendo tecnologias e inovações para preservar e instituir o comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, ALBERTO. “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, publicado em 2016 pela Editora Elefante e a Fundação Rosa Luxemburgo.

BOLLIER, David. "Pensar desde Los Comunes - Una Breve Introducción". Madrid. Traficantes de Sueños, 2016.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke (orgs.). The Wealth of the Commons. Amherst, MA: Levellers Press, 2012.

\_\_\_\_\_. Patterns of Commoning.. Amherst, MA: Levellers Press, 2015.

CARLSSON, Chris. "Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje". Porto Alegre. Tomo Editorial, 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros. "Metafísicas Canibais". São Paulo. Cosac Naify, 2015.

\_\_\_\_\_, Eduardo Viveiros. “Encontros”. Rio de Janeiro. Azougue, 2007.



- DE ANGELIS, Massimo. "Crises, Movements and Commons". *borderlands*, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <[http://www.borderlands.net.au/vol11no2\\_2012/deangelis\\_crises.htm](http://www.borderlands.net.au/vol11no2_2012/deangelis_crises.htm)>.
- DE ANGELIS, Massimo. "Introduction". *The Commoner*, n. 11, p. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/?p=24>>.
- FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. *Feminismo, Economia e Política*. São Paulo: SOF, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-política-web.pdf>
- \_\_\_\_\_. "Calibán y la Bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria". Madri. *Traficantes de Sueños*, 2016.
- HARDIN, Garrett. "The tragedy of the commons". *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.124.3859&rep=rep1&type=pdf>>.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Império*. São Paulo: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Bem-Estar Comum*. São Paulo: Record, 2016.
- HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. "Los Abajocomunes: planear fugitivo y estudio negro". México-DF. *Crater Invertido*, 2019.
- NIGHTINGALE, A.J., 2019. Commoning for inclusion? commons, exclusion, property and socio-natural becomings. *International Journal of the Commons*, 13(1), pp.16–35. DOI: <http://doi.org/10.18352/ijc.927>
- LATOUR, Bruno. "Jamais Formos Modernos". Rio de Janeiro. Ed. 34., 1994.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. "Común - Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI". Barcelona. Gedisa, 2016.
- \_\_\_\_\_. *O Comum: um ensaio sobre a revolução no século 21*. <<http://uninomade.net/tenda/3294/>> Acesso em 19.3.2018
- LINEBAUGH, Peter. *Some Principles of the Commons*. Disponível em: <<http://www.onthecommons.org/content.php?id=2619>>. Acesso em: 11 jan.



2010.

\_\_\_\_\_. The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All. Berkeley: University of California Press, 2008.

\_\_\_\_\_, Peter. "El Manifiesto de la Carta Magna: comunes y libertades para el pueblo". Madri. Traficantes de Sueños, 2013.

MATOS, Marcos de Almeida. Antropofagia: "a única filosofia original brasileira"? Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2017.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (The Political economy of institutions and decisions).

RENDUELES, César; SUBIRATS, Joan. "Los (Bienes) Comunes: Oportunidad o Espejismo?". Madri. Icaria, 2017.

SENETT, Richard. "Juntos: os rituais, os prazeres e as políticas da cooperação". 2019. Record. Rio de Janeiro.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no Mato - A Ciência Encantada das Macumbas. 2018. Editora Mórula. Rio de Janeiro.